

O homem como foco da Saúde Pública

O primeiro estranhamento que pode surgir ao se propor abordar o homem no campo da Saúde Pública é que tal proposta pode ser entendida como um movimento que vai contra a perspectiva de gênero, abordagem que vem se consolidando nesse campo. Entretanto, um olhar mais apurado sobre o assunto pode indicar que focalizar especificamente o homem ou a mulher não compromete necessariamente a dimensão relacional de gênero, uma vez que o masculino só pode ser visto em relação ao feminino e vice-versa. Nesse sentido, propor a consolidação do homem como foco da Saúde Pública significa, dentre outros aspectos, buscar a singularidade de um dos pares do gênero e evidenciar novas demandas de “ressignificação” do masculino, decorrentes de deslocamentos ocorridos no campo do gênero, para que se possa buscar uma saúde para ele voltada.

Não se pode dizer que tem havido uma invisibilidade do homem na pauta da Saúde Pública, já que o ser masculino sempre esteve presente tanto no âmbito dos serviços quanto no meio acadêmico relacionados a essa área, na qualidade de sujeito ou alvo das ações. Mas pode-se dizer que, nos anos 90, a temática *homem e saúde* veio se consolidando com um enfoque diferenciado. Nesses anos, tal temática passou a ser atravessada por discussões sobre as especificidades e a distribuição desigual do poder entre os gêneros, relacionadas a questões socioculturais, voltando-se para as singularidades da saúde e da doença entre os segmentos de homens.

Especificamente no campo dos serviços, na América Latina, crescem as ações programáticas focalizando o ser homem diante da sexualidade, reprodução, paternidade e violência, buscando captar a participação masculina no alcance dos objetivos dessas ações. Já nos meios acadêmicos, os estudos sobre as masculinidades, desenvolvidos principalmente no âmbito das ciências sociais, vêm apontando nexos entre a construção do ser masculino e o processo saúde-doença-cuidar.

As ciências sociais vêm trazendo contribuições teórico-metodológicas para a Saúde Pública abordar a temática em questão. Os estudos socioculturais nacionais e internacionais sobre a construção da masculinidade apontam marcas identitárias de uma visão hegemônica do ser masculino. Tais marcas se expressam, principalmente, pela adoção do *status* quase exclusivo de ser ativo, pela crença de que deva mostrar invencibilidade, pela associação do masculino à necessidade de se expor ao risco, e pela naturalização do descontrole sexual e a redução da sexualidade masculina à penetração. Com tal modelo de masculino, os estudos também assinalam que não se pode desconsiderar a possibilidade de aspectos normativos sociais serem alterados ou ressignificados pela subjetividade dos atores sociais.

Inferências dessa discussão, em síntese, remetem à idéia de que o homem, quando influenciado por ideologias hegemônicas de gênero, pode colocar em risco tanto a saúde da mulher quanto a sua própria. Nesse sentido, o entendimento dessas, dentre outras questões, por parte da Saúde Pública, pode trazer um novo enfoque para o enfrentamento de certas formas do adoecimento e para a promoção da saúde tanto masculina quanto feminina.

Por fim, cabe lembrar que o recente interesse em aprofundar a questão da promoção da saúde representará, para o campo da Saúde Pública, empreendimentos de vulto concretos em novas pesquisas e incursões político-programáticas nesse universo das masculinidades e das relações entre homem e mulheres.

Romeu Gomes, Lília Blima Schraiber e Márcia Thereza Couto
Editores convidados